

ECOS DO IPIRANGA: A CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO E O AMADURECIMENTO DA NAÇÃO BRASILEIRA. CONTRIBUIÇÕES DO PODER NAVAL*

A história ensina o quanto é dura a experiência das nações que confiam mais nas leis e nas alianças de ocasião do que em seus próprios marinheiros e soldados.

DOMINGOS SAVIO ALMEIDA NOGUEIRA¹

Contra-Almirante

OTACÍLIO BANDEIRA PEÇANHA²

Capitão de Corveta

Na oportunidade em que estamos reunidos nesta casa de homens do mar, instituição centenária fundada pelo insigne Almirante Luiz Philippe de Saldanha da Gama, discípulo do “Velho Marinheiro” Joaquim Marques Lisboa, para uma solenidade alusiva à data magna de nossa Pátria, é meu dever agradecer e ressaltar que muito me honra a oportunidade concedida pelo presidente do Clube Naval de poder proferir algumas palavras neste momento.

Aproveito também para me desculpar por não ser propriamente um especialista em História do Brasil, como outros nobres oficiais de nossa Marinha, chefes e colegas que tanto admiro e que, em outras ocasiões, estiveram à frente deste mesmo púlpito, privilegiando-nos com seus eruditos

e brilhantes discursos. Para minha remissão, valho-me das palavras de meu nobre colega de turma, o Capitão de Mar e Guerra Alves de Almeida, que certa feita afirmou: “[...] em História não existe apenas uma verdade, mas sim diversas verdades”. Apresentarei, pois, meu ponto de vista.

Entendo a enorme responsabilidade que recai nos ombros dos verdadeiros patriotas de manter incólume de modismos e revoluções culturais a memória dos heróis brasileiros e seus feitos, que nos legaram um país continental, riquíssimo por natureza e sem dissensões relevantes. O que seria um autêntico amor à Pátria senão a lembrança de lutas e epopeias vividas em comum? Daí a tarefa importantíssima de nossas instituições militares, patrimônios permanentes

* N.R.: Palestra proferida no Clube Naval, a 1/9/2011, em comemoração ao 7 de Setembro.

1 Comandante da Força de Superfície.

2 Imediato da Fragata *Greenhalgh*.

desta Terra de Santa Cruz, de manterem vivos e imaculados nosso passado glorioso e nossa identidade cultural. E a História deste Brasil, independente das variadas interpretações, se necessariamente se deseja autêntica, sem distorções, por certo não se afastará dos anseios de amor à liberdade, à ética, ao progresso e aos valores cristãos, que emanam da maioria avassaladora deste ordeiro povo brasileiro.

Para dar o tom correto da importância da interpretação honesta dos fatos históricos, recorro às palavras do Almirante Bittencourt, que já se pronunciou nesta casa, dizendo: “A História serve para

preservar memórias, permitindo que as pessoas se situem no presente, adquirindo a noção de que são responsáveis, com suas decisões, para a conformação do futuro”. Essas sábias palavras nos levam a compreender que não existe futuro para uma nação que negligencia o seu passado.

Remontando ao 7 de Setembro, é preciso discernir o momento histórico do surgimento

do Estado brasileiro, emancipado politicamente, do momento do surgimento da Nação, traduzido na sedimentação de nossa identidade cultural. Precisamos relembrar, então, alguns conceitos advindos dos compêndios de Ciência Política.

O Estado, criado na Europa pós-medieval sob a forma de monarquias absolutistas, é conceito essencialmente jurídico, subentendendo a adição de três quesitos: um grupo social, ou população, que ocupa certa área geográfica; um território; e possuir governo próprio.

No Brasil, nas primeiras décadas do século XIX, nossa terra era habitada por cerca

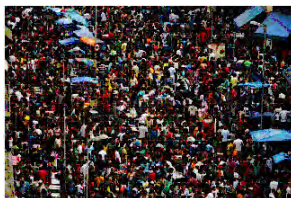
de 4 milhões de pessoas, a maioria analfabeta, mais da metade de escravos. A colônia padecia, juntamente com o pacto colonial, do sistema chamado de “clausura intelectual”, em que ficava proibido o estabelecimento de instituições de ensino superior. De fato, a melhor maneira de manter um povo subjugado, e sem identidade, é condená-lo à ignorância.

Não existe futuro para uma nação que negligencia o seu passado



Território

Estado



População



Governo

O segundo quesito, o território, tem seu processo de expansão e conquista iniciado no período da União Ibérica. Espanha e Portugal estavam reunidos sob uma única coroa. Desvaneciam, assim, as limitações impostas pelo Tratado de Tordesilhas. Mais tarde, desbravadores como o militar Pedro Teixeira, valendo-se da navegação fluvial no Amazonas e Solimões, expandem nossa fronteira para o oeste. A criação da Divisão Naval do Norte, em 1728, baseada na foz do Delta Amazônico, consolida a conquista da “Amazônia Verde”, garantida pela proteção de sua interface com a “Amazônia Azul”. Da mesma maneira, o reconhecimento da colônia portuguesa de Sacramento pela Espanha permitiu o acesso à foz do Rio da Prata, possibilitando a continuidade do avanço para o

oeste, quase inexpugnável por terra, mas acessível pelos rios. Em suma, um misto de visão estratégica, capacidade de dissuasão e, principalmente, emprego de forças navais consolidaram o território, que, com a exceção da província Cisplatina, expressava-se em um único idioma, em 1822.

O último quesito, o governo, teve seu grande ponto de inflexão na vinda da Família Real para o Brasil, em decorrência da invasão napoleônica em Portugal. Para muitos historiadores a chegada dos Bragança, em 1808, assinala o término do período colonial, pela equiparação política e administrativa a Portugal, no esteio de providências como a abertura dos portos às nações amigas – diga-se, de passagem, à Inglaterra; a revogação do Alvará de 1785 de Dona Maria I, instituindo a liberdade econômica; a elevação do Brasil à condição de Reino Unido, já em 1815, e, por que não mencionar, o início do fim da “clausura

intelectual”, com o estabelecimento da Academia Real de Guardas-Marinha, que cruzara o Atlântico junto com a família real na Nau *Conde Dom Henrique*, instalando-se no Mosteiro de São Bento e inaugurando, assim, o ensino superior no Brasil.

Além dos três quesitos mencionados a fundamentar a criação de um Estado, outros autores ainda acrescentam um quarto elemento: a soberania, que consiste, em suma, no exercício do poder sem limitações de origem externa. A soberania compreende a soma da independência com a autonomia. A independência é a capacidade de se fazer representar junto aos outros Estados. A autonomia encontra sua quintessência na capacidade de prover sua própria defesa, em síntese, possuir Forças Armadas.

Vejamos então como, no caso brasileiro, se logrou alcançar autonomia e independência em período tão conturbado, batizado apropriadamente por Eric Hobsbawm de “A era das revoluções”.

As revoluções liberais, experiências práticas do Iluminismo, convulsionaram a Europa no início do século XIX, com reflexos percebidos no Novo Mundo. No plano interno, deflagrou-se, em Pernambuco, a Revolução de 1817, influenciada pela Revolução Francesa e de caráter separatista. Foi brutalmente reprimida pelo governo central, multiplicando ressentimentos e hostilidades. Em Portugal, já libertado do jugo francês, eclode a Revolução Liberal do Porto, de caráter antiabsolutista, o que obriga o retorno de D. João VI, mantendo aqui, contudo, o príncipe regente D. Pedro de Bragança, e, assim, garantindo ao Brasil o *status* de reino. A Corte portuguesa, insatisfeita com a situação reinante na antiga “Joa da Coroa”, exige também, o retorno de D. Pedro.

Um misto de visão estratégica, capacidade de dissuasão e, principalmente, emprego de forças navais consolidaram o território

Nos desdobramentos da situação política, o príncipe destituiu o antigo gabinete herdado de seu pai e empossou José Bonifácio de Andrada e Silva como ministro do Reino e de Estrangeiros, o equivalente ao posto de primeiro-ministro. Bonifácio fora o hábil estrategista que antes redigira o ofício que convencera o príncipe no episódio conhecido como o Dia do Fico. Ainda com o incentivo de Andrada, e da princesa Leopoldina, esposa de D. Pedro, o príncipe proclama, em ato simbólico, a independência do Brasil de Portugal. Atende, assim, ao prudente conselho de seu pai, que vira a fragmentação do império espanhol em pequenas repúblicas e que o conclamara a agir “antes que algum aventureiro o fizesse”. Correspondia, ainda, aos anseios da aristocracia e da maçonaria da época, desejosas de preservar a monarquia implantada em 1808.

A independência política de nosso país teve seu primeiro apoio advindo dos Estados Unidos da América, em maio de 1824, refletindo a Doutrina Monroe, que objetiva menor ingerência europeia no continente. Com hábil intervenção de Bonifácio, o Reino Unido reconhece nossa independência

em 1825, convencendo, em seguida, Portugal a fazer o mesmo. Logrou, com isso, privilégios nas transações comerciais e o pagamento, pelas arcas brasileiras, de uma dívida portuguesa de 2 milhões de libras. No balanço geral, entendo que a proteção do poder naval britânico concedida a Portugal e suas colônias durante mais de dois séculos gerou mais dividendos do que perdas, refletindo até na expansão territorial dos domínios ultramarinos lusitanos, a despeito das perenes acusações de imperialismo imputados aos ingleses, sustentadas por respeitadores autores. Curioso notar que a proteção concedida por um Poder Naval, no caso o britânico, a Portugal e suas colônias, à época, arrefeceu a eventual cobiça de outras nações marítimas, ensinamento que permanece atualizado. Por fim, já em 1826, a França e a Santa Sé, fazendo-se acompanhar dos demais Estados europeus, ratificaram de vez o reconhecimento à independência brasileira, que viria somente a ser consolidada em 1831, ao desfecho do Primeiro Reinado.

A autonomia, segundo parâmetro a compor a soberania, foi obtida com aquilo que Von Clausewitz identificava como “a continuidade da política por outros meios”. O



Brasil era um grande arquipélago. O acesso às províncias somente se dava pelo mar, pois as vias interiores eram precárias ou inexistentes. Havia o imperativo da criação de uma Marinha de Guerra. Um almirante escocês, convidado por Bonifácio, foi nosso primeiro comandante em chefe, Thomas Cochrane, futuro Marquês do Maranhão. Apelidado pelo próprio Napoleão de Lobo do Mar, era hábil em explorar a manobrabilidade das fragatas, as rápidas belonaves que infernizaram, com tática revolucionária, os grandes navios de linha franceses no Mediterrâneo. Essa experiência foi fundamental para a formação de nossa Esquadra, composta por navios leves e com poucos canhões, entretanto rápidos e ágeis na manobra.

Havia a disposição por parte de partidários das cortes portuguesas, mormente nas províncias do Norte e do Nordeste, em resistir às notícias que chegavam do Rio de Janeiro. Explica-se a influência maior dos lusos naquela região, posto que a navegação a vela para a Europa, a partir do saliente nordestino, apresentava ventos mais favoráveis do que os encontrados ao sul. É inegável para todos os presentes a importância das ações da nossa então nascente Marinha nos combates que sucederam e no processo de pacificação das províncias que não aderiram celeremente ao imperativo da emancipação. Muito já foi falado nesta casa a respeito de tão relevantes fatos históricos. Mencionar as operações navais levadas a cabo à época é



Almirante Cochrane

lembrar o Almirante Joaquim Marques Lisboa. Nosso patrono viveu por quase 90 anos, dos quais 78 a serviço da Nação brasileira. Esteve presente na quase totalidade dos embates em que, no seu tempo, o Imnério brasileiro se envolveu: desde ado-

lescente, na condição de voluntário, a bordo da Fragata *Niterói*, comandada por John Taylor, participando da homérica perseguição a uma esquadra lusitana de 86 navios pelo Atlântico, até a maturidade, na Guerra do Paraguai, como comandante em chefe das forças navais brasileiras em operações no Rio da Prata.

As ações de nossa Marinha, formada à época por marujos brasileiros, ingleses e por-

tugueses, entre outras nacionalidades e, por que não dizer, fuzileiros navais, dado que havia tropas a bordo sendo transportadas para projetar poder sobre terra, foram fundamentais para a manutenção da autonomia do nascente Estado brasileiro. Legou-nos com a força das ações militares, aliada às ações políticas, a totalidade do território unido pelo idioma comum, exceção feita à Cisplatina, de fala castelhana, que pelas ações diplomáticas, em 1828, formou o que Lorde Ponsonby, chanceler britânico, chamou de “algodão entre os cristais”, um “estado tampão” a nos separar das Províncias Unidas do Prata.

No início dos anos 30 do século XIX, acirraram-se as contradições entre a postura absolutista do imperador e a elite liberal. Já antes, em 1823, o jornal dos Andradas, *O Tamoyo* (nome referente aos

índios famosos por sua hostilidade aos portugueses), explorara o sentimento antilusitano, ligando D. Pedro à sua terra natal; em 1824, a dura repressão engendrada contra a Confederação do Equador contribuíra sobremaneira para o gradual divórcio entre imperador e seus súditos.

Com a morte de D. João VI em Portugal e, mais tarde, a usurpação do trono, destinado à filha de D. Pedro I, por seu irmão D. Miguel, incrementa-se o temor entre os brasileiros de um retorno ao antigo *status quo*, somente desvanecido com a abdicação de D. Pedro a favor de seu filho. Assim, despediu-se desta terra o homem polêmico e arrojado que contribuiu para nos legar um Estado consolidado. Entretanto, deixou como maior herança ao nosso país o pequeno Pedro de Alcântara, um menino de 5 anos que teve por missão, como símbolo do Poder Moderador, pairar acima de todas as quizílias políticas e manter incólume nossa extensão territorial. Se havia algo em comum que unia todos os brasileiros, uma unanimidade que lhes dava o sentido de nacionalidade, esse algo era o pequeno futuro imperador.

Tínhamos, pois, no período regencial, um Estado formado como entidade jurídica. A partir de então, caberia ao presidente de honra de nosso clube, o imperador D. Pedro II, a árdua missão de criar uma Nação brasileira, entidade moral.

Há muitas controvérsias a respeito desse assunto. Alguns estudiosos afirmam que, já no século XVIII, os movimentos nativistas ocorridos neste solo, destacando-se a Inconfidência Mineira, resultante da opressiva política fiscal da metrópole portuguesa, teriam sido os embriões de

nossa nacionalidade e anseio de independência. Outros creem que essa nacionalidade surgiu nas agruras dos cruentos campos de batalha, terrestres e fluviais, da Guerra do Paraguai, onde civis, marinheiros e soldados alcançaram pela primeira vez um sentimento de unidade autoconsciente, preservando o território nacional da sanha de um inimigo externo.

O Estado necessita de uma população, a Nação de um povo plenamente consciente e que exalte suas diferenças em relação aos demais. O Estado precisa de um território, a Nação de uma Pátria, que é a nossa terra natal, mesmo que esteja ocupada pelo inimigo. O Estado necessita de um governo, a Nação de instituições de apreço nacional a amalgamar seus nativos, como, por

exemplo, as Forças Armadas, os feitos históricos em comum, os costumes, a religião, uma moeda. Como afirma o Almirante Diégues em seu livro *A Revolução Brasileira: O projeto político e a estratégia da independência*: “O Brasil não fora criado

para ser uma nação, não era essa, nem se poderia esperar que fosse, a intenção de seus descobridores”. E completa: “A independência evoca a Nação como conceito, mas não destrava as medidas necessárias, concretas, para o seu amadurecimento. Deixa de criar as condições, que só mais tarde vão emergir, para uma maior igualdade de direitos, a progressiva sedimentação de interesses e aspirações comuns, que são a alma e os pressupostos pelos quais a grande maioria se reconhece e se comporta como Nação.”

Penso que, mais tarde, com a sucessão dos fatos históricos, a queda do império e o

**Se havia algo em comum
que unia todos os brasileiros,
uma unanimidade que lhes
dava o sentido de
nacionalidade, esse algo era
o pequeno futuro imperador**

exílio do chefe de Estado que nos governou por quase meio século sob a égide de uma única Constituição e que guiou a Pátria no maior conflito bélico acontecido na América do Sul, perdia-se o elo comum entre todos os brasileiros naquela época – o fato de serem todos súditos de D. Pedro II. Como aponta Leandro Narloch: “O Brasil, sem a coroa, tinha ficado sem cara”. A dívida contraída por ocasião da guerra fora um dos motivos. Ao abolir a escravidão, para “formar em poucas gerações uma Nação homogênea” como planejara antes José Bonifácio, o império se encontrava sem recursos para indenizar os senhores de escravos. Cabe lembrar que nosso maior marinheiro expôs toda sua admiração, lealdade e devoção ao imperador, como deixou registrado em seu próprio testamento, ao declinar de homenagens *post mortem*, posto que as mesmas não foram dedicadas ao imperador, no trecho em que diz: “(...) não havendo a Nação brasileira prestado honras fúnebres de espécie alguma por ocasião do falecimento do Imperador, o Senhor Pedro II, o mais distinto filho desta terra, tanto por sua moralidade, alta posição, virtudes, ilustração, como pela dedicação no constante empenho do serviço da Pátria durante quase 50 anos que presidiu a direção do Estado”. Ainda no testamento, lembrou a única ocasião em que um Comandante Supremo das Forças Armadas brasileiras deslocou-se até o *front* de batalha, visando motivar seus comandados: “Sobre o caixão não desejo que se coloquem coroas, flores ou enfeites de qualquer espécie, e só a Comenda do Cruzeiro que ornava o peito do Sr. D. Pedro II em Uruguiana,

quando compareceu como primeiro dos voluntários da Pátria para libertar aquela possessão brasileira do jugo dos paraguaios”.

Por que menciono tudo isso? Estaria me estendendo ao falar até do 15 de Novembro, uma vez que estamos comemorando o 7 de Setembro? Entendo que nossa Data Magna foi apenas o início de uma longa jornada. A cada dia ela se renova. Creio que ainda temos muito a navegar na busca por uma nação mais homogênea, mais justa e, por sua vez, mais próspera. Buscamos ainda, em pleno século XXI, desvencilharmo-nos de uma certa “clausura intelectual”. Conceder educação primorosa ao povo e igualar as oportunidades é o grande atalho a ser tomado para alcançarmos o objetivo.

Buscamos ainda, em pleno século XXI, desvencilharmo-nos de uma certa “clausura intelectual”. Conceder educação primorosa ao povo e igualar as oportunidades é o grande atalho

Exaltar a nacionalidade além das casuais comemorações esportivas. Cultuar grandes ícones de nossa Pátria também é uma forma de incrementar nossa nacionalidade. Fazer deles símbolos de coragem, nobreza, desprendimento e patriotismo a serem seguidos pela juventude. Quem sabe assim

veremos de volta suas efígies às nossas moedas, com seus valores monetários salutarmente estabilizados há 17 anos. Que tal Bonifácio a compor a nota de 10 reais? Ou então Marquês de Tamandaré presente na nota de 50 reais? Quiçá a nota de 100 reais estampando D. Pedro II? Acredito que somos carentes das figuras dos fundadores da Pátria, cultuados somente por civis mais conscientizados e militares. Falta-nos um monte com suas esculturas.

Por último, gostaria de ressaltar o que acredito que nos cabe, o que compete à Marinha do Brasil, a mesma que nos garantiu a soberania no passado, para atu-

ar na garantia das prerrogativas do Estado brasileiro e na manutenção de nossa soberania no presente. A defesa do território e de nossas riquíssimas águas é uma de nossas principais tarefas. Ainda, nos dias atuais, somos a ponta de lança da consolidação de nossas fronteiras ao leste. Algumas áreas da extensão de nossa plataforma continental ainda carecem de definição, posto que são nossas de fato, mas ainda não de pleno direito. Façamos valer o antigo princípio do direito romano do *Uti Possidetis*; para tal, temos que ocupar espaços e marcar presença. Temos que mostrar nossa Bandeira, em nossas águas e no exterior, mostrar o quanto são profissionais e motivados aqueles que se espelham no exemplo das gerações passadas de brasileiros. A Amazônia Azul é o grande desafio hodierno. A história ensina o quanto é dura a experiência das nações que confiam mais nas leis e nas alianças de ocasião do que em seus próprios marinheiros e soldados. Nossa soberania como ta-

**Nossa soberania como
tarefa, a afirmação de
nossa nacionalidade como
propósito é a nossa missão**

refa, a afirmação de nossa nacionalidade como propósito é a nossa missão.

Sou otimista, não tenho como não sê-lo. Estamos sobre território vasto e riquíssimo por natureza, isento de grandes intempéries, habitado por povo cordial e alegre, uma síntese de todas as raças e credos, sempre aberto à confraternização com outros povos. Mahan diria, ao analisá-lo, que lhe falta o desenvolvimento da mentalidade marítima e maior quantidade de homens e mulheres voltados para as lides navais para logarmos um

grande poder sobre os mares. A solução é exequível e aceitável. Mesmo o que nos falta somente depende de nós alcançarmos.

Um viva ao Clube Naval e à Marinha do Brasil de ontem, hoje

e sempre!

Um viva ao Estado brasileiro soberano!

Um viva à Nação brasileira!

Proclamamos, em um brado uníssono, nosso lema:

Tudo pela Pátria!

Muito obrigado.

 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:
<HISTÓRIA>; História do Brasil; Sete de Setembro;